
PENSANDO UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A QUESTÃO DOS JOVENS DO BRASIL

Rosemary Roggero

O que não está reificado e não pode ser contado nem medido
deixa de existir. Mas, não bastasse isso,
a reificação estende-se ao seu próprio contrário, à vida
que não pode ser inteiramente atualizada;
ao que só subsiste como pensamento e lembrança.

Adorno¹

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão sobre dois pontos que se encontram pelo avesso: o movimento contemporâneo do capital e suas demandas no mundo do trabalho e a denúncia da situação de abandono em que se encontram os jovens do Brasil, de modo a ampliar a visão sobre mudanças na educação, seus agentes e processos, bem como a ideologia que tais mudanças refletem. A reflexão proposta permite observar os efeitos danosos de políticas públicas mal articuladas sob a égide do capitalismo contemporâneo e seus requisitos. Ainda que os dados sejam alarmantes sob vários aspectos, a intenção maior é reivindicar – a partir de uma perspectiva crítica – a possibilidade de uma formação que vá além da mera integração do indivíduo ao mercado ou da sua sumária exclusão.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Capitalismo contemporâneo; Jovens.

EDUCAÇÃO PARA A VIDA?

O debate em torno da melhoria da qualidade da educação nos países que passaram a ser denominados emergentes a partir do movimento de mundialização do capital (Chesnais, 1996)² tem-se intensificado, principalmente a partir da década de 1990, com o surgimento de políticas públicas de grande alcance, cuja formulação tem contado com a participação dos mais diversos organismos governamentais e não governamentais, nacionais, internacionais e multilaterais, como UNESCO, Banco Mundial e FMI, entre outros.

Os discursos, os documentos, as políticas e as práticas oriundas desses debates parecem convergir ideologicamente, de tal maneira que não raro soe estranho questioná-los ou criticá-los. Entretanto, a realidade tem tornado cada vez mais evidente que eles escamoteiam interesses diversos, muito menos marcados pela perspectiva anunciada do desenvolvimento social que pela lógica do crescimento econômico, especialmente dos países centrais, ou antes, das grandes corporações do mundo capitalista.

* Doutora em Educação, História e Filosofia, pela PUC/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo. E-mail: roseroggero@uol.com.br

Recebido para publicação em 28/09/09.

O momento contemporâneo não admite mais a ingenuidade no campo educacional. Não é mais possível pensar que as políticas educacionais estejam descoladas de interesses econômicos. Elas visam a atendê-los diretamente, com a finalidade última de formar trabalhadores capazes de acompanhar as mudanças na organização do trabalho, além de consumidores à altura dos novos produtos disponibilizados por esse mercado mundializado.

Observando esse cenário, o objetivo deste artigo é provocar o leitor a pensar sob a ótica do movimento contemporâneo do capital, de modo que as informações e argumentos que se apresentam possibilitem ampliar a visão sobre as mudanças na educação, desvelando sua ideologia, mas também motivando a reflexão e a atuação em prol de uma formação que vá além da mera integração do indivíduo ao mundo administrado ou da mera adaptação à lógica do econômico.

Os estudos clássicos a respeito do capitalismo (Smith, 1974; Ricardo, 1974 e Marx, 1982)³ possibilitam inferir que as rupturas e continuidades do capital contêm um elemento-chave: o valor. Nas teorias que o abordam, esse conceito aparece vinculado a uma práxis que se realiza a partir da economia e na qual o fator simbólico-cultural tem uma relação intimamente imbricada com a produção material da vida humana: a substância do valor é o trabalho.

Entretanto, o trabalho não tem servido apenas à produção material da vida, mas principalmente à acumulação do capital, o qual impõe a concretização do homem ideal à sua produção e reprodução. Segundo Marx (1982)⁴, a economia política regula a distribuição das mercadorias produzidas por meio da divisão social do trabalho, ocultando as relações sociais de produção, de modo que esse processo desumaniza e coisifica o homem.

A produção da vida material se complexifica historicamente no atendimento a novas necessidades artificialmente produzidas que moldam estilos de vida que mantêm o aprisionamento, sob a falsa ideia de liberdade anunciada pela propaganda do consumo, do atendimento ao ciclo vicioso de sempre renovadas necessidades.

Em sua origem, a teoria marxista enfatizava o esclarecimento das condições da opressão de classes, de modo que fosse possível superar a lógica perversa do capital. Mas o aspecto revolucionário dessa teoria foi distorcido em práticas tão autoritárias que a própria teoria converteu-se em fetiche. Como avalia Marcuse (*apud* Loureiro, 1999), “...o capitalismo desenvolveu formas de repressão que parecem tornar impossível a prática transformadora tradicional segundo a teoria marxista.”⁵

Na verdade, entre o conteúdo filosófico, o conteúdo das intenções das propostas político-sociais e as práticas realizadas há imensos abismos. Talvez não se possa atribuí-los a uma inconsistência entre teoria, intenções e ações, mas à capacidade que uma prática coisificada pela lógica do capital tem de contaminar com seu fetiche a própria teoria que a poderia libertar, pela negação de sua fertilidade crítica.

Há de se considerar que a força do capital provoca – mesmo que apenas para garantir sua produção e reprodução – gigantescas revoluções na história da humanidade, da qual extrai a força para a subsistência da dominação social.

Vários estudos afirmam (Gorz, 1987; Harvey, 1992; Schaff, 1990; Chesnais, 1996; Drucker, 1996; Rifkin, 1996, entre outros⁶) e a mídia tem divulgado que está ocorrendo um processo de reorganização do capitalismo central, embora autores como Offe (1995)⁷ interpretem este momento histórico como o do *capitalismo desorganizado*.

O momento é marcado pelo crescimento do desemprego estrutural, com uma crescente diversificação das atividades produtivas, que deve alterar os padrões econômicos nos próximos anos: uma grande massa de desempregados refugia-se na economia informal, outros tantos migram para a economia social (ou terceiro setor), também em crescimento⁸, além daqueles que se ocupam no setor de serviços, também cada vez mais diversificado e complexo, criando formas de sustento que superam os padrões formais, sem falar na marginalização social, com o aumento da violência e da criminalidade.

Gorz (1987)⁹ entende que o momento marca o fim do proletariado como descrito por Marx, argumentando que se apresenta uma crise do marxismo porque o próprio operariado estaria em crise, devido ao rompimento da ligação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das condições de classe, ainda que as contradições do capitalismo se apresentem tão espetaculares como nunca.

• • •

não temos assistido a um aumento do tempo livre, mas a uma exclusão cada vez maior de trabalhadores que não têm como se beneficiar das promessas do mundo administrado pelo capital, primeiramente porque sequer têm a formação que o mercado de trabalho atual exige.

Em sua descrição da revolução pós-industrial – como prefere designar o movimento – nos países de capitalismo central, Gorz¹⁰ avalia que a população desses países defenderia um tipo de liberdade, em oposição ao coletivismo e ao risco totalitário, supostamente presente na possibilidade de construção individual de uma espécie de nicho que proteja sua vida pessoal contra as pressões e a obrigação social exterior, representadas principalmente pelo trabalho alienado.

Para o autor, o próprio tipo de pressão que o capitalismo vem exercendo sobre os indivíduos por meio do trabalho favorece que cada um possa construir, fora dele, “*uma esfera aparentemente crescente de soberania individual*”¹¹. Nessa direção, estaria surgindo um *neoproletariado pós-industrial* capaz de utilizar-se do trabalho como meio para ampliar a esfera do não trabalho, priorizando a ocupação com outras atividades que não as ligadas a este, devido à oportunidade de ampliação do tempo livre (Gorz, 1987)¹². Domenico De Masi (2001)¹³, por exemplo, tornou-se um dos maiores divulgadores da ideia do tempo livre na sociedade de informação.

Embora Gorz, assim como De Masi (embora com perspectivas diversas), procure não se afastar da percepção crítica da face perversa do capitalismo, tende, ainda assim, a apresentar uma visão romantizada do fenômeno da mudança, entendendo que haveria uma tendência ao retorno da organização dos indivíduos em torno de comunidades do tipo monacal e que, nesse processo, a revolução social (agora a cargo do neoproletariado, para Gorz¹⁴) só estaria sendo adiada.

Na verdade, não temos assistido a um aumento do tempo livre, mas a uma exclusão cada vez maior de trabalhadores que não têm como se beneficiar das promessas do mundo administrado pelo capital, primeiramente porque sequer têm a formação que o mercado de trabalho atual exige.

Schaff (1990)¹⁵ também aposta no fim da classe trabalhadora, com possíveis mudanças de caráter socialista, em que as revoluções técnico-científicas (biológica, energética e microinformática) estariam alterando significativamente a forma de existir do homem, aumentando sua expectativa de vida, proporcionando uma qualidade de vida melhor, com melhor aproveitamento de recursos e com a suposta eliminação das diferenças entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, em que prevaleceria o último.

Entretanto, para que essa eliminação de diferenças fosse possível, seria necessário maior e melhor nível educacional das populações. Todos os dados disponíveis revelam que, ainda que esteja havendo um incremento quantitativo, qualitativamente a educação existente deixa a desejar, até mesmo em países desenvolvidos, que dirá nos que ainda não atingiram sequer universalização da educação básica como o nosso.

Ainda assim, para Schaff¹⁶, o que se denomina *sociedade de informação* tenderia a produzir uma concepção de homem na qual se daria a transformação do *homo studiosus* em *homo universalis*, do *homo laborans* em *homo ludens*, em busca de um novo sentido para a vida, um novo estilo de vida e um novo sistema de valores, coerentes com os princípios da sociedade emergente:

O homem universal ou aquele que está munido de uma instrução completa e em condições de mudar de profissão e, portanto, também de posição no interior da organização social do trabalho, representou até hoje uma ideia utópica. Hoje ela se tornou realidade e, em certo sentido, uma necessidade. A realização desta ideia poderá ser alcançada graças à educação permanente e a técnicas cada vez mais eficientes. (Schaff, 1990)¹⁷

Por outro lado, o autor¹⁸ adverte que, até que essa mudança se consolide, prevalece a tendência de um acirramento das contradições do sistema capitalista, provocando uma perda do sentido da vida por meio do vazio existencial que estaria agravando os problemas sociais, como a violência, a toxicomania e a delinquência juvenil, entre outros. Dessas contradições, sim, nosso cotidiano está repleto de exemplos dramáticos.

Ainda que o autor¹⁹ alerte para a necessidade de que os governantes desenvolvam estratégias de minimização dos riscos sociais detectados, estes são apresentados quase como se representassem *algumas perdas aceitáveis*, tendo em vista os benefícios das promessas do “novo modelo de desenvolvimento”.

Schaff²⁰ afirma, ainda, que ao lado da busca por um novo sentido e estilo de vida – que conduziria a impulsos pela vida comunitária –, o homem estaria buscando um novo sistema de valores apoiados na fé religiosa, convicção fundada em sua experiência pessoal e em investigações empíricas envolvendo cientistas representantes das ciências naturais e, principalmente, das ciências exatas.

A propósito de uma ideia como essa, Kehl (2002)²¹, analisando que a perda do sentido da existência está na origem da



depressão – sintoma característico do mal-estar contemporâneo na civilização –, aborda o modo como a sociedade tem enfrentado essa questão:

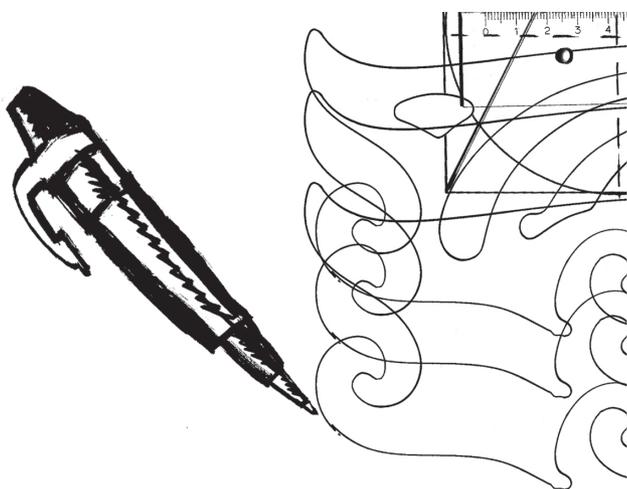
A sociedade contemporânea pensa a cura desse sofrimento como eliminação de todo mal-estar, de toda angústia de viver. As terapias exclusivamente medicamentosas, as técnicas de autoajuda e as novas formas de espiritualidade – uma “espiritualidade de resultados”, praticada com finalidades terrenas bem específicas – partem do pressuposto de que o psiquismo pode se libertar dos incômodos efeitos do inconsciente e servir às finalidades de um eu soberano, pragmático, feliz, ajustado às aspirações dos membros da cultura do individualismo e do narcisismo. (KEHL, 2002)²²

Como se vê, para além do mundo econômico as perspectivas atuais da psicanálise revelam um movimento bastante mais complexo para a questão da busca para um novo sentido da vida do que o otimismo de Schaff quer fazer crer. A abordagem de Kehl demonstra que o homem universal e lúdico sustentado por Schaff ainda está longe de emergir nesta sociedade, mas que é urgente repensar a questão da ética nas relações, sejam elas quais forem, sugerindo que a ideia de *reconhecimento do outro* é fundamental nessa reflexão²³.

Por outro lado, Drucker (1996), o pai da administração moderna, também não se mostra tão otimista. Ao iniciar sua descrição da *sociedade pós-capitalista*, ele afirma:

Para qualquer sobrevivente deste século [o século XX], o otimismo seria uma insensatez. Certamente não estamos perto do fim das turbulências, das transformações, dos descontroles súbitos, que fizeram deste um dos séculos mais sórdidos, cruéis e sangrentos da história humana. Qualquer um que se iludir, achando que estamos perto do “fim da história”, terá surpresas desagradáveis... Nada que é “pós” é permanente, nem tem vida longa. Nosso período é de transição. (DRUCKER, 1996)²⁴

A especificidade da descrição de Drucker, no que se refere ao capitalismo, está no que chama de *revolução gerencial*, cujo núcleo estaria na mudança do significado de *conhecimento*. O autor afirma que essa mudança teria se iniciado na revolução industrial e, atualmente, o conhecimento se apresentaria como um recurso-chave individual e econômico, colocando-se acima dos fatores de produção tradicionais (terra, mão de obra e capital), “*como meio de obtenção de resultados econômicos*” (DRUCKER, 1996)²⁵.



Ao transformar-se em recurso econômico, o conhecimento torna-se mercadoria e distancia-se ainda mais da promessa do iluminismo. Ao capital passa a interessar apenas a produção de um tipo de conhecimento: aquele que possa garantir sua reprodução. Em assim sendo, toda a formação que se proponha diante de tal lógica de antemão se anuncia como falsa. Um conhecimento subordinado ao capital não pode ser um conhecimento capaz de produzir a liberdade, a não ser a liberdade possível sob o capitalismo – a de ser consumidor e consumido *no e pelo* mercado.

Nessa direção, temos as competências exigidas pelo mercado de trabalho apontando para um redimensionamento do pensamento lógico abstrato, em que a formação do profissional não deve restringir-se ao especialista, mas ampliar-se para o generalista; em que a visão de administrador não basta, é preciso desenvolver-se o espírito empreendedor; e a questão da liderança não é entendida mais como inata, mas característica tácita da qualificação de qualquer profissional. (Roggero; Rodrigues, 1997)²⁶

Num mundo cuja mudança tem sido acelerada pela informática e pelas telecomunicações, a comunicação ganha novos contornos em relação às competências socioprofissionais, tendo em vista as redes e seu significado para as relações interpessoais, além da comunicação não verbal, que ganha ênfase num mundo de prestação de serviços tanto quanto o trabalho em equipe, sugerindo perspectivas que envolvem a multidisciplinaridade, a multifuncionalidade e mesmo a capacidade de trabalhar em equipes virtuais (por projetos).

Além disso, nesse mundo em mudança algumas palavras de ordem no mercado de trabalho indicam a necessidade de desenvolver flexibilidade, pensamento estratégico e capacidade de adaptação à mudança, dando especial atenção à questão da solidariedade. São visões que indicam o crescimento do terceiro setor, o setor da sociedade civil organizada.

Requisitos como esses exigem reformas nas políticas de formação profissional, seja no sistema escolar, seja nas próprias empresas e, até mesmo, por meio de organizações não governamentais. A educação não se restringe mais aos muros escolares. A escola deixou de ser o espaço privilegiado da formação em qualquer nível. Entretanto, outras nuances desse processo devem ser observadas.

Para Offe (1995)²⁷, a força de trabalho é uma mercadoria diferente de todas as outras, artificial, que não pode ser separada de seu proprietário, mas (para benefício do capital) deve ser *conquistada* ou *extraída* dele por meio de acordos específicos e contra a possibilidade sempre presente de sua resistência.

Nesse caso, o capitalismo contemporâneo tende a tornar mais sutis e perversos os seus processos de regulação por meio de instrução, controle, treinamento e supervisão do trabalho, na forma da gestão estratégica – “*uma força de trabalho especializada empregada com o objetivo de lidar com conflitos inerentes à mercantilização da força humana de trabalho.*” (OFFE, 1991)²⁸

De acordo com esse autor²⁹, a alocação da mão de obra excedente nos setores primário e secundário da economia pelo setor de serviços forjaria uma classe média *improdutiva* responsável pela administração e pelo controle do processo de acumulação, quando não apenas para a manutenção da circulação de mercadorias por meio da renda a eles dirigida.

Além disso, a integração desses indivíduos aos novos esquemas da lógica capitalista estaria mais facilitada do que se estivessem à margem dela. Esse tipo de absorção de mão de obra poderia ser interpretado como uma forma persuasiva de produzir a identificação do indivíduo com a promessa do capital: o surgimento de uma nova classe média geraria a ideia de mobilidade social ou de melhoria da qualidade de vida pela capacidade de consumo da nova classe.

Chesnais (1996)³⁰ apresenta uma análise ainda mais radical, revelando a contradição máxima do fenômeno da globalização. Para ele, na verdade assiste-se a um processo de *mundialização* do capital. Por meio de estudos da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 1994), dentre outros indicadores, o autor encontra as estratégias que fomentam o processo, as quais sugerem que “*é essencial a adaptação aos modos de produção e intercâmbio que estão surgindo.*”³¹

Tais modos de produção dizem respeito às técnicas de organização do trabalho (como qualidade total, reengenharia, *just-in-time*, entre outras) bem como à sua flexibilização, as quais não se aplicam ao mundo todo, mas “*à escala do conjunto de regiões do planeta onde há recursos ou mercados, e só a elas.*” (CHESNAIS, 1996)³², mostrando-se, portanto, altamente excludentes.

O efeito das inovações tecnológicas, combinado com procedimentos que geraram intensificação do trabalho e precariedade do emprego, tem sido o de criar oportunidades a grupos empresariais norte-americanos, japoneses e europeus com o auxílio governamental de seus Estados, zonas de mão de obra qualificada, baixos salários e pouca proteção social, geograficamente próximas de suas matrizes.

Além disso, Chesnais denuncia o novo estilo de acumulação apresentado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (fundos mútuos e fundos de pensão), que se reproduzem na esfera financeira, gerando o que ele chama de *verdadeira obsessão* da rentabilidade aliada à liquidez dos títulos (*securities*), administrados por *profissionais* anônimos que personificam o *novo capitalismo* do final do século XX³³.

Dados todos os efeitos perversos demonstrados à farta em seu estudo, Chesnais (1996)³⁴ não pode apresentar qualquer

perspectiva otimista acerca da mundialização do capital, argumentando (apoiado em Boyer) que:

[...] nada permite afirmar que o capitalismo não será capaz de instaurar um modo de desenvolvimento baseado em formas de consumo e num modo de vida totalmente diferentes daqueles que desenvolveu ao longo da sua história (e no século XX em particular). Sabe-se que a coisa seria tecnologicamente factível, mas poderia sê-lo social e politicamente, estando tais formas tão ligadas à propriedade privada e a uma forma tão peculiar de individualismo? Em todo o caso, por enquanto, a tendência aparentemente predominante é a de que o sistema tenda a se fechar sobre si mesmo, a se instalar o “dualismo”, e que seus dirigentes, acompanhados por uma parcela significativa da população, se empenhem em construir, ao mesmo tempo, fortalezas para conter os “bárbaros” na periferia, e arame farpado em volta de seus guetos internos.³⁵

Sua síntese aponta para uma tendência de a sociedade ir mergulhando *aos poucos* na barbárie. Afinal, as estratégias que vão se tecendo no social enredam o indivíduo de tal forma que parece não haver saída coletiva possível. É o econômico minando até mesmo suas bases políticas ou, como afirma Dupas (2000):

Hoje a questão tornou-se mais complexa. No andar de cima potencializa-se a acumulação pelo grau de inovação, pela possibilidade de fragmentação das cadeias produtivas globais e pela enorme autonomia da tecnologia, esta última finalmente liberta de suas amarras éticas ou sociais, antes teoricamente representadas pelo papel mais atuante dos estados nacionais³⁶.

Este autor aborda, ainda, a questão da subordinação de pesquisa e desenvolvimento aos interesses das grandes corporações globais, a fim de criar demandas para o mercado consumidor, além de estabelecer a taxa de retorno do investimento aos seus acionistas “*como critério central na definição de seus objetivos*”³⁷.

Uma tal lógica perversa vem assolando, inclusive, o setor educacional. Várias *holdings*, em busca de diversificação de investimentos, têm se aproximado vorazes por lucros do mercado da educação, no Brasil³⁸.

Em direção semelhante (no sentido de demonstrar o enredamento do indivíduo nas malhas da dominação por meio do capital), Harvey (1996)³⁹, apoiado nos pressupostos teóricos da *escola de regulação* proposta por Aglietta, observa que a atual sociedade continua tendo como princípio organizador básico da vida econômica a produção em função de lucros, e, para que o sistema se mantenha viável, é preciso garantir mecanismos capazes de lidar com a característica caótica do mercado em relação à fixação de preços, além de controlar o emprego e a força de trabalho.

Segundo o autor⁴⁰, essa regulação ocorre por meio de pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições, sejam elas políticas, religiosas, sindicais, patronais ou culturais, comprometidas com o poder das grandes corporações, e afeta nuclearmente a dinâmica do capitalismo.

O controle de salários e preços, aliado à propaganda subliminar que persuade o indivíduo a incorporar novos conceitos sobre necessidades e desejos básicos, tem como efeito direto moldar o desenvolvimento capitalista, mas não sem moldar tendências sociais e psicológicas que objetivam fixar modos de consumo e estilos de vida.

Dupas (2000) ainda analisa:

Na pós-modernidade, a utopia dos mercados livres e da globalização torna-se a referência. Mas o efêmero, o vazio, o simulacro, a complexidade, a crise flutuam como nuvens escuras. Sente-se um mundo fragmentado, seus sentidos se perdendo nessas fraturas, com múltiplos significados, orientações e paradoxos. Ciência e técnica juntas não param de surpreender e revolucionar. Mas essa ciência vencedora começa a admitir que seus efeitos podem ser perversos. Ela é simultaneamente hegemônica e precária. Tudo se passa como se o ato de saber se tornasse obscuro.⁴¹

Diante de uma tal realidade, não é possível ao educador omitir-se de se capacitar a pensar criticamente a educação para além de si mesma. A educação que temos é produto de uma sociedade que, como diria Marcuse (1997)⁴², impõe uma *cultura afirmativa* sobre o indivíduo de modo a torná-lo apêndice do capital. Assim se dá a fetichização do indivíduo, que sequer é formado para compreender essa realidade que o molda, uma sociedade cuja cultura é minada pelas armadilhas tecnológicas.

É dessa maneira que vai se constituindo a *acumulação flexível*, a qual:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-

*O controle de salários e preços,
aliado à propaganda subliminar que
persuade o indivíduo a incorporar
novos conceitos sobre necessidades
e desejos básicos, tem como efeito
direto moldar o desenvolvimento
capitalista, mas não sem moldar
tendências sociais e psicológicas que
objetivam fixar modos de consumo e
estilos de vida.*

industrializados). Ela também envolve um movimento que chamarei de “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1996)⁴³

A sintética descrição de Harvey não é, pela brevidade, pouco abrangente. Na verdade, embutidas nela encontram-se inúmeras consequências para o indivíduo na sua relação consigo mesmo, com os outros indivíduos e mesmo com a natureza, mediada pela formação e pelo trabalho.

No que diz respeito ao trabalho, o mercado formal divulga, como já apontado anteriormente, requisitos de qualificação que visam um *dever-ser* do trabalhador, forjando um paradigma diverso daquele que vigorava até recentemente, por meio de práticas de divisão e organização que demandam maior envolvimento e participação e, embora pareça consensual que esse mercado tenda a absorver cada vez menos o contingente preparado conforme suas necessidades, as demandas divulgadas se alastram para além de suas fronteiras.

A organização científica do trabalho levou a uma maior intensificação deste, relacionada a uma espécie de modelização da subjetividade. O atual movimento torna mais agudo esse processo de maneira mais sutil, embrenhando-se no discurso de um poder que tenderia a ser compartilhado – sobretudo porque as novas técnicas organizacionais necessitariam de equipes multifuncionais mais bem preparadas –, e apontam para uma grande participação de competências tácitas.

Na esteira desses novos métodos – embora esteja suficientemente comprovado que eles não representem o fim do taylorismo, mas uma manutenção de seus princípios sob nova roupagem técnica – a propaganda ideológica indica que o trabalhador deve se tornar, de alguma maneira, sujeito do processo de trabalho.

Por outro lado, o modelo que inicia sua implantação na indústria de ponta – o núcleo duro da economia – avança para



*se as próprias necessidades
individuais e sociais vêm sendo
historicamente (re)significadas e
fetichizadas em favor do capital,
qual o real significado dos discursos
que colocam os interesses do
indivíduo em seu centro?*

os demais setores, principalmente para as atividades de serviços. O discurso articulado por estratégias mercadológicas anunciam colocar a satisfação do *cliente/ consumidor* como centro das preocupações empresariais, disseminando a crença de que esse cliente/ consumidor é um indivíduo e que deve ser atendido de acordo com as suas peculiaridades. Assim, fomenta-se a ideia de que o indivíduo – como categoria social – está no centro dos interesses capitalistas, no tocante ao atendimento de suas necessidades, o que não deixa de ser verdadeiro quando se observa todo o empenho em torno da modelagem da subjetividade para adaptar-se às exigências do capital:

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade dos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. Também aqui o “modo de regulação” se torna uma maneira sutil de conceituar o tratamento dado aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares. (HARVEY, 1992)⁴⁴

Nesse movimento, o capital é capaz de aderir até mesmo à ideia de *responsabilidade social*, assumindo a participação proativa na superação dos problemas sociais gerados pela desigualdade distributiva, representando a *generosidade* do poder dominante capaz de *ser solidário* e de reverter a exclusão gerada pela sua própria lógica, propiciando, inversamente, novas (e mais eficazes, porque fundadas na solidariedade, na responsabilidade compartilhada e na ética) formas de inclusão.

Nos (novos) cenários é possível perceber que as teorias de Smith e Ricardo permanecem mais atuais que nunca, pois o momento continua utilizando e até mesmo intensificando o trabalho para a reprodução do capital, escamoteando as relações sociais (e suas contradições) presentes na produção material da vida, que permanece impedida de emergir.

Por outro lado, se as próprias necessidades individuais e sociais vêm sendo historicamente (re)significadas e fetichizadas em favor do capital, qual o real significado dos discursos que colocam os *interesses do indivíduo* em seu centro?

Num momento de transição, como os especialistas identificam o atual, uma abordagem dessa questão exige que a análise seja pautada por critérios que levem em conta o desvelamento até mesmo de interpretações que disfarçam a realidade em que surgem. Porém, ainda assim, corre-se vários riscos: pode-se lançar mão de conceitos que a própria realidade já teria alterado; pode-se fazer apenas o eco já fraco de análises datadas; ou, ainda, pode-se deixar levar pelas sutilezas ideológicas do momento, perdendo a dimensão crítica convertida em mera opinião. Em todos os casos, a vida estaria sendo negada por um falseamento da teoria, também escamoteado pela lógica do capital.

Assim, a responsabilidade do educador ainda se avulta: é preciso superar as lacunas de formação, tornar-se capaz de compreender melhor o mundo contemporâneo em suas contradições para buscar agir em prol da sua superação. É preciso, antes de mais nada, superar os clichês do senso comum.

Nesse sentido, as advertências de Adorno (1969) são primorosas. Ao discutir as relações entre opinião, loucura e sociedade, ele oferece as ferramentas conceituais para a tarefa da crítica, apontando que:

A opinião é a formulação, sempre limitada, de uma consciência subjetiva também limitada em seu conceito de verdade, como válida. [...] Não só é por demais duvidosa a suposição de que a opinião normal seja verdadeira, e a divergente, falsa, mas que corresponde examinar a glorificação que se pratica com a mera opinião, a saber, a dominante, que é incapaz de pensar a verdade salvo como aquilo que todos pensam. [...] Ademais, pertence à dinâmica mesma do conceito de opinião, a opinião patológica, a ideia coletiva distorcida e supersticiosa, em que se reproduz a dinâmica real da sociedade, cuja falsa consciência necessariamente produz tais opiniões. (ADORNO, 1969)⁴⁵

A opinião suprime o juízo hipotético, porque as pessoas se apoderam dela emocionalmente, impedindo a experiência e impedindo a reflexão. A dinâmica da formação da opinião pública está de tal modo amalgamada à constituição do indivíduo e da sociedade que aderir a ela sem reflexão tem se constituído prática comum no mundo administrado, no qual a razão, a serviço da racionalização, se oferece à opinião e a reforça a tal ponto que parece quase impossível alterá-la ou demonstrar o seu absurdo.

Então, é preciso desconfiar das *sempre mesmas* respostas prontas em educação. É bem provável que elas não respondam mais nada (ou nunca tenham respondido), porque não correspondem à realidade que precisa ser alterada, mas à ideologia da dominação social.

Tanto quanto o indivíduo tem sido fetichizado pela lógica do mercado, o seu pensamento, que se expressa pela opinião



*é preciso desconfiar das sempre
mesmas respostas prontas em
educação. É bem provável que elas
não respondam mais nada (ou
nunca tenham respondido), porque
não correspondem à realidade
que precisa ser alterada, mas à
ideologia da dominação social.*

socializada, apresenta-se também fetichizado: “A formulação de uma opinião, a mera enunciação de que algo seja de certa maneira, contém, potencialmente, já, fixações, coisificações, antes que entrem em jogo os mecanismos psicológicos que transformam a opinião em um fetiche.” (ADORNO, 1969)⁴⁶

É desse modo que a reflexão, a autorreflexão e até mesmo o conhecimento socialmente produzido sofrem a influência do modo como a opinião se produz e se prolifera, e sejam sistematicamente negados, impedindo a consciência e mantendo a dominação.

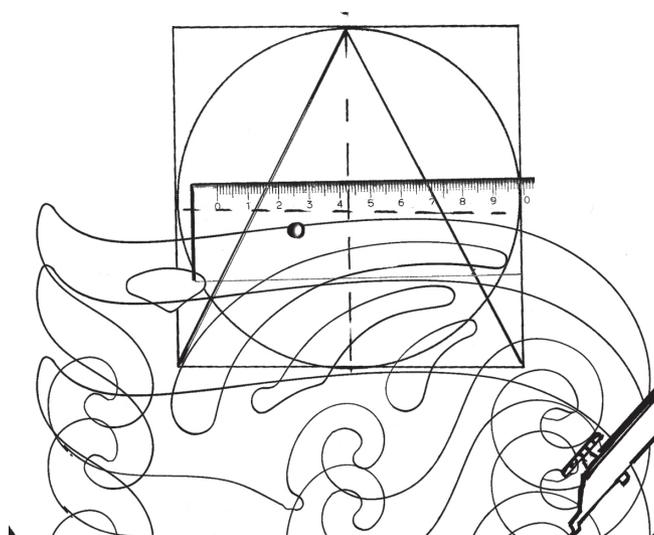
A polêmica em torno do fim da centralidade do trabalho (representada por Gorz, 1987; Schaff, 1990; Offe, 1994; entre outros) favorece um foco de análise que traz à tona a necessidade de rever as relações entre vida e trabalho, possibilitando que novas interpretações lancem mão da categoria indivíduo como fundamental na compreensão das transformações contemporâneas. Ao mesmo tempo, essas novas interpretações devem desempenhar um papel crítico que se apresente capaz de produzir uma ruptura com as grossas camadas interpretativas que têm se enrijecido em torno das relações do indivíduo com o trabalho e com a própria subjetividade.

Essa realidade exige buscar compreender o modo como o atual movimento do capital articula as relações entre vida e trabalho, por meio da formação e da qualificação, libertando os conteúdos das análises sobre esse tema do aspecto dogmático que se cristaliza na opinião socialmente aceita.

Esse movimento, atravessado pelo modo como se produz a opinião na sociedade, permite argumentar que há aspectos da subjetividade que sugerem um recorte de análise pautado nas referências dadas por vivências pessoais que o sujeito apanha e interpreta, a partir de sua *práxis* na interação com a questão do trabalho, relacionada aos modos por meio dos quais esse sujeito se forma e constrói suas competências, num processo de educação e autoformação que também supera a formação familiar e os muros escolares, instalando-se num processo de vida.

É nesse sentido que minha provocação questiona a suposta educação para a vida. Entendo ser fundamental que a vida invada a educação, invada a escola. Não uma vida idealizada e romantizada. Essa não existe – já apontamos vários argumentos que o confirmam. Mas, certamente, é preciso que a vida real, a *vida danificada*, como a qualifica Adorno (1993)⁴⁷, invada a educação, por que “quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata tem que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual até o mais recôndito nela”. E isso, sem dúvida, cabe





a todos, principalmente, aqueles dentre nós que escolhemos o papel social de educar.

UM PARADOXO DESTA SOCIEDADE: O ABANDONO DOS JOVENS

No âmbito acadêmico, o balanço da produção discente da pós-graduação em educação entre 1980 e 1998, realizado por Marília Pontes Spósito, intitulado “*A produção de Conhecimento sobre Juventude na Área de Educação no Brasil*” (2005)⁴⁸, por meio de projeto temático fomentado pela FAPESP, revela, de acordo com a autora, 18 anos de uma produção muito desigual quanto à qualidade e, também, fortemente influenciada pela centralidade da escola, em que se observa o estudo do jovem predominantemente na condição de aluno. Seu levantamento permite concluir que ainda há um desconhecimento sobre a condição juvenil na sociedade brasileira, marcada por recortes intensos nas desigualdades sociais, culturais e étnicas que oferecem para pesquisa a realidade plural da juventude.

Dentre os dados colhidos por Spósito chama a atenção que “*a tríade juventude, trabalho e escola passa a ocupar um espaço forte no início da década de 1990, apresentando forte declínio no último período*”. (2005)⁴⁹

Esse dado coincide com a realidade das mudanças no mundo do trabalho, alavancadas pela introdução de inovações tecnológicas, e na preocupação do mercado com a divulgação de novas competências socioprofissionais que têm exigido uma revisão do sistema educacional, desde a educação infantil até a pós-graduação *stricto sensu*, conforme pudemos observar noutro estudo (Roggero, 2001).⁵⁰ Assim, torna-se compreensível que muitas pesquisas se voltem para as relações entre trabalho e educação.

Por outro lado, Spósito aponta, apoiada em Peralva (1997), que “*a juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação*”⁵¹, o que faz com que o próprio conceito seja passível de investigação. A exemplo disso, a autora⁵² observa que *transitoriedade* é um elemento comum e importante nos estudos sobre juventude. *A instabilidade juvenil* é outro fator considerado nas pesquisas, a maioria das quais nos âmbitos da sociologia e da psicologia.

Na sociologia, as abordagens podem ser identificadas em dois blocos: os que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase aos aspectos geracionais; e os que consideram outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, em especial os derivados de diferentes situações de classe. Ora se investe nos atributos positivos da juventude, centrados na mudança social, ora se trabalha as dimensões negativas dos problemas sociais e dos desvios. Já a psicologia tende a privilegiar os aspectos negativos da adolescência, sua instabilidade, insegurança e revolta.

Desde a década de 1970, as questões relativas à inserção no mundo do trabalho foram ganhando ênfase nesses estudos, quase transformando a juventude numa categoria econômica. Nessa época, a juventude passou a ser considerada dos 15 aos 24 anos – embora não haja consenso sobre isso. Como veremos adiante, o Projeto Juventude adotou esse indicador e a MTV ampliou a faixa etária para 30 anos.

Vários estudiosos procuram estabelecer indicadores, critérios e conceitos segundo os quais a juventude possa ser estudada, mas sem grandes avanços, ao que parece. No que se refere às pesquisas na área de educação, Spósito⁵³ ainda destaca que os jovens são, geralmente, identificados na *condição de alunos ou estudantes* ou, até mesmo, *estudantes-trabalhadores*, com análises fundamentadas pelas correntes da sociologia da educação e da psicologia da educação, como já apontado antes. Porém, são pesquisas que costumam ter uma feição propositiva, voltadas ao caráter social do processo educativo e à possibilidade de bom funcionamento da escola, geralmente marcadas pela especulação e pelo imediatismo.

A leitura de vasta bibliografia da área educacional confirma o levantamento desta pesquisadora. Assim, pode-se notar que essas proposições estão especialmente relacionadas ao atendimento das demandas do mundo contemporâneo, em especial as do mercado de trabalho e de consumo. Há que se ressaltar que encontra-se sobre o jovem em especial a sua dimensão aluno e, conseqüentemente, a abordagem sobre o desenvolvimento *adequado* de processos cognitivos e comportamentais que o desenvolvem para os requisitos do trabalho e para o consumo, ainda que este último não se revele explicitamente.

Mesmo a produção de conceitos para a análise das realidades postas em questão parece estanque. Repetem-se à farta conceitos, interpretações e modelos teórico-metodológicos de outras culturas e épocas, sem um olhar para a singularidade do sujeito ou para as especificidades da juventude como etapa da vida, no contexto contemporâneo. E revela-se o trágico: a educação não enxerga o sujeito de seu processo.

Pesquisas sobre o perfil do jovem brasileiro realizadas pela Criterium Assessoria em Pesquisas (2003), IBASE/Polis (2006), UNESCO/ANPEd/MEC/Secretaria da Juventude (2006) e Dossiê MTV (2005 e 2008)⁵⁴ permitem destacar algumas informações relevantes sobre quem é, como é, o que preocupa e o que assusta a juventude brasileira.

Alguns dados dessas pesquisas apontam que: 80% dos jovens do Cone Sul vivem no Brasil. O Brasil concentra 50% dos jovens da América Latina. São 34 milhões de jovens: 17.939.815 entre

15 e 19 anos, 16.141.515 entre 20 e 24 anos. 28,2 milhões (83%) moram na zona urbana, 5,9 milhões (17%) na zona rural. 20 milhões vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo. 1,3 milhão de jovens são analfabetos, dentre os quais 900 mil são negros. A taxa de mortalidade por homicídios em 2000: 52 por 100 mil habitantes. De 1993 a 2002, o número de jovens entre 15 e 24 anos assassinados no Brasil cresceu 88,6%. Índice mais de quatro vezes maior que o aumento da população no mesmo período. Só três países registram mais homicídios que o Brasil: Colômbia, El Salvador e Rússia. Em 2001, eram 10 mil jovens em privação de liberdade, 90% do sexo masculino, 76% entre 16 e 18 anos.⁵⁵

Quanto ao que mais preocupa os jovens do Brasil, encontra-se: violência (falta de segurança e criminalidade); trabalho (primeiro emprego, manutenção do emprego, desemprego, falta de oportunidades); educação (qualidade de ensino, degradação das escolas públicas, acesso a ensino médio e superior); miséria (fome, desigualdade social, má distribuição de renda); política (corrupção, descaso do governo com os jovens, falta de consciência dos governantes); saúde (falta de acesso a serviços de qualidade); e discriminação (racismo e preconceitos).

Os jovens de todas as regiões pesquisadas no país dão grande valor à educação, requerendo: expansão do ensino médio; mais professores nas escolas, mais qualificados e mais bem remunerados; melhores currículos, metodologias, materiais didáticos e mais atividades extras (passeios, visitas, palestras, laboratórios); melhores condições de funcionamento e preservação das escolas; mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade. Além disso, 84% dos jovens realizam a maior parte dos estudos em escolas públicas (conforme Dossiê MTV que trabalhou com as classes A/B/C)⁵⁶.

Mas não basta educação. Os jovens do Brasil precisam de trabalho. E, nesse quesito, preocupa-os: pouca oferta de vagas; dificuldades para conseguir o primeiro emprego; enfrentar, na entrada no mercado de trabalho, preconceitos por serem jovens e inexperientes.

No que se refere à cultura, lazer e informação: 85,8% se informam pela televisão; 40,1% dos jovens não leram nenhum livro em 2004; 69,2% frequentam shoppings nas horas de lazer; 51,2% de jovens das classes A/B frequentam cinema, 29,3% das classes D/E, participação nos megashows de música (todos os tipos). As noções de comunidade estão vinculadas às relações via internet, e verifica-se uma dificuldade de saber agir em grupo e ter visão de todo⁵⁷.

Os medos dos jovens incluem não conseguir uma boa formação e um bom trabalho, além da preocupação com acesso aos serviços de saúde e previdência social.

Seus desafios percebidos: vencer o assédio das drogas e desenvolver-se profissional, cultural e pessoalmente.

Dentre os sonhos dos jovens das gerações contemporâneas estão itens como: viver numa sociedade mais segura, menos violenta, ter boas relações familiares, ter profissão, carreira e emprego, menos desigualdade social, crença e fé em Deus, uma vida sem estresse, ter independência financeira, maior poder aquisitivo, maior liberdade e manter a beleza física.

Certamente, parte desses sonhos pode ser creditada à influência da indústria cultural (Horkheimer e Adorno, 1997)⁵⁸ na educação informal das novas gerações. As pesquisas que referenciam este projeto apontam a influência cada vez mais forte da mídia, com 98% de penetração de TV e Rádio. A internet é utilizada para comunicar, conhecer e se divertir: enviar e receber e-mail: 84%, Orkut: 83%, MSN: 81%, pesquisas para escola e trabalho: 75%, ouvir música: 73%; sendo utilizada em locais de acesso pago: 58%, casa de parentes e amigos: 51%, em casa: 45%, na escola ou faculdade: 22%, em postos de acesso público: 17%, no trabalho: 16%⁵⁹.

De acordo com o Dossiê MTV (2008)⁶⁰, no que se refere à aquisição do conhecimento:

- A escola, em especial a escola pública, não é mais o centro onde tudo acontece para os jovens, pois ela não acompanhou a evolução do mundo no que se refere à tecnologia, criatividade e atratividade. Hoje, a escola compete com o computador, a internet, a TV e a mídia em geral.
- A informação está muito presente de forma superficial, sem profundidade. Com a internet e a mídia, os jovens sabem falar sobre tudo, mas não conseguem filtrar nem se aprofundar em nada.
- Na escola particular, o aluno é cliente, e o pai age como advogado do cliente. Assim, a escola tem que lidar com

Os jovens de todas as regiões pesquisadas no país dão grande valor à educação, requerendo: expansão do ensino médio; mais professores nas escolas, mais qualificados e mais bem remunerados; melhores currículos, metodologias, materiais didáticos e mais atividades extras (passeios, visitas, palestras, laboratórios); melhores condições de funcionamento e preservação das escolas; mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade.

diferentes tipos de famílias e crenças: famílias que ajudam e as que dificultam.

Por outro lado, um dado amargo da pesquisa Ibase/Pólis (2006)⁶¹ revela o que fazem os jovens do Brasil: 26% só trabalham; 33,6% só estudam; 13,4% trabalham e estudam; e 27% *não trabalham e não estudam* [grifo meu]. Em 34 milhões de jovens de 15 a 24 anos, cerca de 10 milhões estão excluídos e relegados à marginalidade, pouco menos que isso apenas trabalham e veem suas chances de ascensão muito reduzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte das páginas deste artigo foi ocupada com uma perspectiva de compreensão do capitalismo contemporâneo, por meio de estudos e autores diversos, que permitem pensar o papel da educação, algo que deveria ser voltado à vida.

A segunda parte foi dedicada a apresentar dados de pesquisas diversas que revelam um perfil e a situação dos jovens do Brasil, num momento histórico em que os índices econômicos são os melhores em décadas.

Parece que as contradições são tão intensas que dispensam análises mais pormenorizadas. Mas exigem que se questione algo para além da lógica perversa do capitalismo: onde está o projeto político, social e educacional que reconheça o jovem como riqueza a ser reivindicada para a manutenção da sustentabilidade humana deste país, para além das demandas de mercado de trabalho e de consumo?

NOTAS

¹ ADORNO, Theodor, **Mínima moralia**, reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática, 1993, p.39.

² CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo. Xamã. 1996.

³ SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril, 1974. Col. Os Pensadores; RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril, 1974. Col. Os Pensadores. cap. 1, seções 1 a 5; MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Diefel. 1982. Livro 1. v. I.

⁴ MARX, Karl. (1982) **op. cit.**

⁵ LOUREIRO, Isabel (Org). **Apud**. MARCUSE, Herbert. **A grande recusa hoje**. Petrópolis (RJ): Vozes. 1999. p. 105.

⁶ O fato de citar esses autores como estudiosos do movimento do capitalismo contemporâneo não significa, de maneira nenhuma, que tenham posicionamentos teóricos convergentes. Ao contrário. Vários deles adotam perspectivas bastante diferenciadas na análise dos fenômenos que cercam o atual contexto, além de serem oriundos de áreas de interesse bem diferentes. Por outro lado, não é objetivo deste estudo tomar os autores em questão para apontar suas diferenças conceituais, mas para destacar de seus trabalhos a compreensão do atual momento do capitalismo, considerando tratar-se de autores que têm tido visibilidade em suas análises sobre a questão. Essa visibilidade permite observar que tipo de discurso encontra ressonância, seja a partir da ideologia dominante, seja como perspectiva de crítica a essa ideologia.

⁷ OFFE, Claus **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense. 1995.

⁸ Rifkin (1996) aponta, ainda, que “uma distribuição justa e igualitária dos ganhos de produtividade exigiria a redução da semana de trabalho em todo o mundo e um esforço concentrado por parte dos governos centrais para proporcionar emprego alternativo no terceiro setor – a economia social – para aqueles cujo trabalho não fosse mais necessário no mercado de trabalho formal”. RIFKIN. Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books. 1996. p. 14; DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira. 1996. p. 128, também alerta que “o setor de serviços comunitários será provavelmente um dos verdadeiros ‘setores em crescimento’ das economias desenvolvidas, ao passo que a necessidade por caridade irá declinar.

⁹ GORZ, André. **Adeus ao proletariado para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987.

¹⁰ **Id. ibid.**

¹¹ **Id. ibid.**

¹² **Id. ibid.**, p.100-101.

¹³ DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

¹⁴ GORZ, André. (2001) **op. cit.**

¹⁵ SCHAFF, Adam. **Sociedade informática**. São Paulo: Ed. Unesp. 1990.

¹⁶ **Id. ibid.**

¹⁷ **Id. ibid.**, p.125.

¹⁸ **Id. ibid.**

¹⁹ **Id. ibid.**

²⁰ **Id. ibid.**

²¹ KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras: 2002.

²² **Id. ibid.**, p.8.

²³ Essa abordagem mereceria maior aprofundamento, o que foge aos objetivos deste texto, de modo que a leitura do texto referenciado fica sugerida. Outro autor que aborda a questão do reconhecimento é Axel Honnet.

²⁴ DRUCKER, Peter. (1996) **op. cit.**, p. XXIII.

²⁵ **Id. Ibid.**, p. 23.

²⁶ ROGGERO, Rosemary; RODRIGUES, Taís Tanira. **O resgate da subjetividade**: processos de qualificação profissional frente às novas tecnologias de informação. (Monografia em Administração de Recursos Humanos) Centro de Aperfeiçoamento Profissional da Fundação Armando Álvares Penteado, de São Paulo. 1997.

²⁷ OFFE, Claus (1995) **op. cit.**

²⁸ **Id. Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1991. v. 1 e 2.

²⁹ **Id. ibid.**

³⁰ CHESNAIS, François. (1996) **op. cit.**, p. 31.

³¹ **Id. ibid.**

³² **Id. ibid.**, p. 32.

³³ Diante dessa análise de Chesnais, torna-se oportuno fazer referência ao comentário de Alan Greenspan, Presidente do Banco Central norte-americano quanto aos escândalos financeiro-contábeis das empresas norte-americanas em 2002, afirmando que “uma ganância infecciosa parece ter tomado conta de nossa comunidade de negócios”(parte da declaração proferida no discurso

- de julho de 2002). Note-se que, apesar de uma advertência como essa, a crise financeira internacional, fruto dessa ganância, explodiu em setembro de 2008. Apesar dos estragos que tem causado e do investimento do dinheiro do contribuinte na cobertura dos gigantescos rombos de centenas de empresas, as práticas não foram alteradas, e vários economistas denunciam o crescimento de novas bolhas dentro da bolha estourada, sugerindo uma forma de crescimento do capital não sustentável.
- ³⁴ CHESNAIS, François. (1996) **op. cit.**, p. 315.
- ³⁵ **Id. ibid.**
- ³⁶ DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade de informação**. São Paulo: Unesp. 2000. p. 28.
- ³⁷ **Id. ibid.**
- ³⁸ Vide os casos da Kroton Educacional S.A., mantenedora do sistema Pitágoras, e da Laureate Education Inc., proprietária da Universidade Anhembi-Morumbi. O Jornal Valor Econômico traz matéria (de 25 de janeiro de 2010) sobre o que tem sido chamado de consolidação do ensino superior, com a participação desses grupos de investidores, entre outros.
- ³⁹ HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 1996.
- ⁴⁰ **Id. ibid.**
- ⁴¹ DUPAS, Gilberto. (2000) **op. cit.**, p. 49.
- ⁴² MARCUSE, Herbert. Sobre o caráter afirmativo da cultura. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra. 1997. v. 1.
- ⁴³ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola. 1996, p.140.
- ⁴⁴ **Id. ibid.**, p. 119.
- ⁴⁵ ADORNO, T. W. **Opinião, locura, sociedad**. Intenciones, nueve modelos de crítica. Venezuela: Monte Avila Ed. 1969. p.138.
- ⁴⁶ **Id. ibid.**, p.141.
- ⁴⁷ **Id. Mínima moralia**. São Paulo: Ática. 1993. p. 7.
- ⁴⁸ SPOSITO, Marília Pontes. **A produção de conhecimento sobre juventude na área de educação no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/harvard4/marilia.htm>> Acesso em: 20/10/2005.
- ⁴⁹ **Id. ibid.**, p.12.
- ⁵⁰ ROGGERO, Rosemary. **A vida simulada no capitalismo**: um estudo sobre formação e trabalho na arquitetura. São Paulo, 2001. Tese (Doutoramento em Educação: História e Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, PUCSP, 2001.
- ⁵¹ SPOSITO, Marília Pontes. (2005) **op. cit.**
- ⁵² **Id. ibid.**
- ⁵³ **Id. ibid.**
- ⁵⁴ INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude. Pesquisa de Opinião Pública. **Perfil da Juventude Brasileira**. 2003. Projeto desenvolvido em parceria com o Instituto de Hospitalidade e o SEBRAE sob a responsabilidade técnica de Criterium Assessoria em Pesquisa. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secgeral/juventude/juventude.pps#398,3,Apresentação>> Acesso em: 20 ago. 2009; IBASE. **Perfil da Juventude Brasileira**. Rio de Janeiro: Polis 2006; UNESCO/ANPEd/MEC/ Secretaria da Juventude. **Juventude e Contemporaneidade**. (2006); MTV. Brasil. **Dossiê Universo Jovem 3**. Escritório Wilma Rocca & Associados. Planejamento e Pesquisa / Datafolha. 2005; **Id. Brasil. Dossiê universo jovem 4**. Escritório Wilma Rocca & Associados. Planejamento e Pesquisa/Datafolha. 2008.
- ⁵⁵ IBASE. Pólis. **Perfil da juventude brasileira**, 2006.
- ⁵⁶ MTV. Brasil. (2008) **op. cit.**
- ⁵⁷ **Id. ibid.**
- ⁵⁸ HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. O Conceito de esclarecimento. In: _____. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.
- ⁵⁹ MTV. Brasil. (2008) **op. cit.**
- ⁶⁰ **Id. ibid.**
- ⁶¹ IBASE. Pólis. **Perfil da juventude brasileira**, 2006.

ABSTRACT

Rosemary Roggero. **Reflecting on an education for sustainable development: the issue of Brazilian youth.**

The article is a reflection on two issues that are inside out: the contemporary movement of capital and its demands in the world of labor, and the denunciation of the situation of youth abandonment in Brazil. It broadens the view on changes in education, their agents and processes, as well as the ideology reflected by those changes. The proposed reflection reveals the damaging effects of poorly articulated public policies under the shield of contemporary capitalism and its demands. Although alarming in several aspects, the main purpose of the data is to defend the possibility of an education, based on a critical perspective that goes beyond the mere integration of the individual into the market or his/her summary exclusion.

Keywords: Sustainable development; Contemporary capitalism; Youth.

RESUMEN

Rosemary Roggero. **Pensando una educación para el desarrollo sostenible: la cuestión de los jóvenes en el Brasil.**

Este artículo presenta una reflexión sobre dos puntos que se encuentran al revés: el movimiento contemporáneo del capital y sus demandas en el mundo del trabajo y la denuncia de la situación de abandono en la que se encuentran los jóvenes en el Brasil. Amplía la perspectiva sobre los cambios en la educación, sus agentes y procesos así como la ideología que tales cambios reflejan. Dicha reflexión permite observar los efectos nocivos de políticas públicas mal articuladas bajo la égida del capitalismo contemporáneo y de sus requisitos. Aunque los datos sean alarmantes en varios sentidos, la principal intención es reivindicar – desde una perspectiva crítica – la posibilidad de una formación que vaya más allá de una mera integración del individuo al mercado o de su inclusión sumaria.

Palabras clave: Desarrollo sostenible; Capitalismo contemporáneo; Jóvenes.